

## **BOLETIM 264**

**Brasília, 9 de dezembro de 2016**

# **Ministério do Trabalho incentiva novas tecnologias para segurança do trabalhador da construção civil**

*Foco da fiscalização está voltado para o uso de sistemas alternativos, que foram tema de seminário realizado pela Superintendência do Trabalho no Rio Grande do Sul*

O Ministério do Trabalho está incentivando a adoção de novas tecnologias pelas empresas de construção civil no Rio Grande do Sul para aumentar a segurança dos trabalhadores do setor. O objetivo é valorizar o uso de equipamentos e sistemas de proteção alternativos, além de focar a fiscalização em aspectos como organização do trabalho nos canteiros de obra, gestão de segurança e saúde, uso de novas opções tecnológicas e de dispositivos que minimizam o risco de queda nas construções.

Esses itens foram discutidos nesta semana, em Porto Alegre, durante o 4º Seminário Segurança e as Novas Tecnologia na Construção Civil, que faz parte da série Diálogos com a Auditoria do Trabalho promovida pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS). Cerca de 300 auditores do Ministério do Trabalho, engenheiros, técnicos em segurança



do trabalho, enfermeiros e pessoal de recursos humanos participaram do encontro com o objetivo divulgar e debater novos conceitos na defesa do trabalhador.

A série discute a incorporação tecnológica, não apenas com foco na produção e qualidade industrial, mas também quanto a possíveis impactos sobre a saúde dos trabalhadores. “A escolha de uma determinada opção, sem levar em conta os potenciais impactos sobre a saúde e o meio ambiente, pode ser trágica”, afirma o coordenador do projeto de Construção Civil da Seção de Segurança e Saúde no Trabalho da SRTE/RS, Luís Carlos Rossi Bernardes.

Segundo ele, é preciso “apresentar o novo e questionar as práticas bolorentas e inseguras, ainda aplicadas na construção civil brasileira”, para atingir um patamar aceitável de respeito à integridade dos trabalhadores. Nesse sentido, um dos exemplos citados no seminário foi o da substituição das bandejas de proteção por andaimes fachadeiros, modernos e muito mais seguros.

Também foi destaque o problema da utilização de telhas e outros artefatos de fibrocimento com amianto, que pode causar câncer. A meta é ampliar o uso de materiais



alternativos, como as fibras sintéticas de EVA, mais seguras diante das evidências de carcinogenicidade do amianto. “Hoje, a população de trabalhadores mais exposta ao carcinógeno é exatamente a da construção civil”, lembra Bernardes.

O superintendente Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul, Joaquim Viana Cardinal, destacou que a presença de representantes de diversas áreas, interessados em discutir a segurança do trabalhador da construção civil, demonstra a importância da auditoria do Ministério do Trabalho. "Precisamos aumentar o diálogo com a sociedade sobre estes temas. É necessário disseminar amplamente estes assuntos", declarou.

O seminário teve apoio da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais do Trabalho (Agitra) e da Associação Médica do Rio Grande do Sul (Amrigs).

*Fonte: MT*

## Após dois dias, relator entrega parecer favorável à PEC da Previdência

O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), relator da reforma da Previdência, entregou no início da tarde desta quinta-feira (8) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) seu parecer pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que altera as regras da aposentadoria.

O parlamentar chegou a afirmar que entregaria o parecer ainda quarta-feira (7), apenas cerca de 24 horas após a PEC ter sido enviada pelo

governo ao Congresso, mas recuou e apresentou o relatório à CCJ nesta quinta-feira, com modificações.

O atraso, segundo o deputado, permitiu ajustar seu relatório a uma alteração de última hora na PEC. Na quarta (7), o governo modificou a proposta original para que bombeiros e policiais militares estejam excluídos da reforma da Previdência, assim como os militares das Forças Armadas.

Antes, a PEC previa que os estados aprovassem leis de transição para que policiais militares e bombeiros passassem de suas previdências especiais para a comum. Agora, isso será tratado não pela PEC, mas em um projeto de lei separado a ser apresentado ao Congresso, disse o relator.

“É assim que indica a Constituição, por uma remissão por ato infraconstitucional, porque se não a Constituição fica muito prolixa”, disse Moreira, ao justificar a retirada de bombeiros e policiais militares da PEC.

### Militares têm direitos preservados

No caso dos membros das Forças Armadas, eles também tiveram preservados na nova versão da PEC o direito de acumular benefícios.

O presidente da CCJ, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse estar confiante que o parecer pela admissibilidade da PEC da reforma da Previdência será aprovado até a próxima quinta-feira (15), permitindo que a comissão especial para discutir o tema seja instalada ainda este ano.

“Até porque é a grande janela em que a sociedade poderá participar da reforma previdenciária. A CCJ dá só um parecer técnico sobre a constitucionalidade”, disse Serraglio.

**Passo a passo** - O primeiro passo da tramitação da PEC é a análise da CCJ, que verifica



se a mudança pode ser feita no texto constitucional. Pelo Regimento Interno da Câmara, após a aprovação da admissibilidade da PEC pela comissão e a formação de comissão especial para analisar o mérito da proposta, a tramitação vai de 11 a 40 sessões.

Segundo o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), após a tramitação da PEC na comissão especial, será constituída uma comissão geral no plenário da Câmara para que a matéria seja novamente debatida com a sociedade.

O texto da reforma da Previdência foi elaborado pelo Executivo e chegou na segunda-feira (6) ao Congresso Nacional. A proposta estabelece a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem e tempo mínimo de contribuição de 25 anos. A regra valerá para homens com idade inferior a 50 anos e mulheres com menos de 45 anos.

*Fonte: Agência Brasil*

## PEC que limita Gastos está pronta para ser votada em segundo turno

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 55/2016) cumpriu mais uma etapa de sua tramitação e está pronta para ser votada no Plenário do Senado. Na tarde desta quinta-feira (8), em sessão extraordinária, o Plenário cumpriu a terceira e última sessão de discussão da PEC, em segundo turno. A primeira sessão ocorreu pela manhã e a segunda ocorreu na sessão ordinária do período da tarde. A votação da PEC está prevista para ocorrer na próxima terça-feira (13).

A proposta congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, pelo período de 20 anos. A medida é vista pelo governo como uma forma de incentivar a retomada da economia brasileira. No Plenário, senadores contrários à PEC se revezaram na tribuna.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), único defensor da proposta a discursar, reconheceu que a medida divide o Plenário e a sociedade. Ele apontou, no entanto, que a PEC é necessária e disse que os governos anteriores ao de Michel Temer são os culpados pela crise atual. Segundo o senador, a política econômica atual já começa a produzir alguns resultados e a PEC seria uma forma de fazer o Brasil se reencontrar com o caminho do crescimento econômico. Ele destacou ainda que a PEC será importante para o reequilíbrio das contas públicas.

— É um sinal claro que o governo manda para a sociedade de que não vai gastar mais do que arrecada. Os trabalhadores não aguentam mais aumento de impostos — declarou o senador.

**Consequências** - A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) lamentou as propostas de ajustes do governo Temer e classificou a PEC do Teto dos Gastos como “expressão do pensamento das grandes empresas”. Ela, no entanto, pediu “compaixão” por parte da base governista, pois “o ódio não leva a um ambiente de paz e diálogo no Plenário”. Na visão da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), a PEC vai trazer consequências dramáticas para as áreas sociais, como saúde e educação.

*Fonte: Agência Senado*



## Para centrais sindicais, reforma da Previdência ameaça direito a aposentadoria

As centrais sindicais fecharam nesta quinta-feira (8) posição contra a Reforma da Previdência proposta pelo governo federal. Para as entidades, as mudanças ameaçam o direito à aposentadoria e as garantias da seguridade social.

**Idade mínima e tempo de contribuição** - O projeto estabelece a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres se aposentarem e tempo mínimo de contribuição de 25 anos. No entanto, para obter o benefício em valor integral, o trabalhador precisará pagar por 49 anos.

Atualmente, as mulheres podem pedir a aposentadoria com 30 anos de contribuição e os homens, após 35 anos de trabalho. Para receber o benefício integral, é preciso atingir a fórmula 85 (mulheres) e 95 (homens), que é a soma da idade e do tempo de contribuição.

As regras propostas reduzem, na avaliação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as

possibilidades de acesso aos benefícios previdenciários. “Os critérios que foram colocados de idade e tempo de contribuição dificultam bastante a obter a pensão. E há uma redução de valor, provavelmente, nas aposentadorias. Podemos ter até exclusão de uma grande parcela da população dos direitos previdenciários”, analisou o economista do Dieese, Clóvis Scherer.

Os que atuam em atividades com menor regulamentação e remuneração acabam, na opinião do economista, mais prejudicados. “Principalmente a parcela da população que tem empregos mais precários: maior rotatividade e informalidade vai ter dificuldade de contribuir e chegar a idade de aposentadoria com os requisitos exigidos. Existe um impacto grande nos trabalhadores rurais”, acrescentou.

*Fonte: DIEESE*

## Aprovado o pagamento de férias vencidas ao trabalhador aposentado por invalidez

O trabalhador aposentado por invalidez pode ter direito ao pagamento de férias vencidas e ao adicional de um terço da remuneração. É o que estabelece projeto (PLC 184/2015) aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS). Pela atual legislação, nestes casos, o funcionário afastado não tem direito à indenização pelas férias não gozadas, já que o contrato de trabalho não é rescindido, mas apenas suspenso.



Segundo a relatora da proposta na CAS, senadora Fátima Bezerra (PT–RN), o aposentado deverá receber o benefício, mas só poderá usufruir das férias se tiver condições de retornar ao serviço, o que não tem prazo para ocorrer ou pode nem acontecer, se a aposentadoria for irreversível.

*Fonte: Agência Senado*

## Semana de Conciliação chega a 130 mil acordos e R\$ 1,2 bilhão homologado

Representando R\$ 1,2 bilhão em valores homologados pela Justiça, a 11ª edição da Semana Nacional da Conciliação terminou com 130 mil acordos. Foram feitas 444 mil audiências, entre os dias 21 e 25 de novembro. Promovida anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, o evento faz parte da meta de redução do grande estoque de processos na Justiça brasileira, que atualmente gira em torno de 74 milhões.

Justiça Estadual foi segmento que mais conciliou no evento do CNJ: foram mais de 385 mil audiências e 106 mil acordos que resultaram R\$ 516 mil.

A Semana Nacional ocorreu em 51 tribunais dos três ramos da Justiça (estadual, federal e do Trabalho). O maior número de audiências e de acordos fechados foi obtido pelas unidades judiciárias ligadas à Justiça Estadual, que fez mais de 385 mil audiências e 106 mil acordos que resultaram R\$ 516 mil em valores homologados.

A Justiça do Trabalho veio em segundo lugar em número de audiências e acordos. Das quase 54

mil audiências ocorridas no período foram fechados 21.740 acordos e homologados cerca de R\$ 678 mil. Nas unidades da Justiça Federal foram 4,8 mil audiências e fechados 2,3 mil acordos. Os valores homologados chegaram a R\$ 78 mil.

Ao todo, foram atendidas cerca de 590 mil pessoas, ao longo dos cinco dias. Participaram da mobilização cerca de 3 mil magistrados, 7 mil colaboradores e 5 mil conciliadores. Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.

*Fonte: Jusbrasil*

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

**Francisco Chagas Costa – Mazinho**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**Luís Carneiro Rocha**

Redação e Edição

**Instituto Dois Candangos (DF)**